

Domingo, 21 de Dezembro de 2025

Novo depoimento de Mauro Cid embasou prisão de Braga Netto; veja decisão de Moraes

INQUÉRITO DO GOLPE

g1

A decisão do ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a prisão preventiva do general Walter Souza Braga Netto neste sábado (14) menciona provas robustas de que o ex-ministro da Defesa do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro tentou "obstruir as investigações" sobre a tentativa de golpe de Estado.

Moraes destacou que, segundo a PF, Braga Netto "concorreu para o processo de planejamento e execução do golpe." E que foi o depoimento do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, em novembro, que apresentou elementos suficientes sobre a "conduta dolosa" do general em impedir investigações em curso.

De acordo com a decisão, as investigações dão conta de que Cid disse, inclusive, que teria sido procurado por Braga Netto após ele fechar um acordo de delação premiada com a polícia. E que o general tentou obter dados sigilosos sobre a colaboração de Mauro Cid.

PETIÇÃO 13.299 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S)	: SOB SIGILO
PROC.(A/S)(ES)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
ADV.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
ADV.(A/S)	: SOB SIGILO
INTDO.(A/S)	: SOB SIGILO

DECISÃO

Trata-se de Pet autuada nesta SUPREMA CORTE, por Pet. 12.100/DF, com representação da Polícia Federal, por requer a prisão preventiva de WALTER SOUZA BRAGA (CPF 500.217.537-68), além da realização de busca e apreensão e l em conjunto com as diligências policiais previstas no art. 6º do Código de Processo Penal, em face do referido investigado e de FLÁVIO PEREGRINO (CPF 981.059.817-34), com imposição da medida de segurança de proibição de manter contato com os demais investigados.

A Polícia Federal aponta que a investigação está relacionada à constituição de uma organização criminosa, cujos integrantes, sob divisão de tarefas, atuaram “com o fim de obtenção de vantagens ilícitas em tentar manter o então Presidente da República JAIR BOLSONARO no final do ano de 2022, a partir da consumação de um Golpe de Estado, a Abolição do Estado Democrático de Direito, restringindo o exercício do Poder Judiciário e impedindo a posse do então presidente da república eleito”.

Ordem de prisão — Foto: reprodução

Moraes escreveu também que PF tem provas de que Braga Netto atuou dolosamente para “impedir total elucidação dos fatos”, e que documentos comprovam que o ex-ministro obteve e entregou recursos para a operação Punhal Verde e Amarelo, que tinha como objetivo o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do próprio ministro Alexandre de Moraes.

O ex-ministro da Defesa de Bolsonaro é alvo do inquérito que apura uma tentativa de golpe de Estado. A PF também fez buscas na casa dele. Ele foi preso no Rio, em Copacabana; será entregue ao Comando Militar do Leste; e ficará sob custódia do Exército.

"A Polícia Federal aponta provas robustas de que o investigado para o qual a medida cautelar é requerida concorreu para o processo de planejamento e execução de um golpe de Estado, que não se consumou por circunstâncias alheias às suas vontades, além de ter atuado no sentido de obstruir as investigações em curso, por meio de obtenção ilícita de dados de colaboração premiada", diz um trecho do documento.

"Os elementos de prova trazidos aos autos pela autoridade policial revelam a efetiva ação dos investigados para obstruir as investigações em curso, mediante obtenção de dados sigilosos em âmbito de acordo de colaboração premiada, cuja descoberta só foi possível em razão da realização de medidas de busca e apreensão anteriormente autorizadas por esta SUPREMA CORTE", afirma outro trecho.

"Além dos elementos anteriormente conhecidos, houve apreensão de documento na sede do Partido Liberal relativo ao acordo de colaboração de MAURO CÉSAR BARBOSA CID, a indicar que os investigados interpelaram o colaborador, ainda que por intermédio de seu genitor, para que revelasse o teor de seus depoimentos e assegurasse que a participação dos investigados não fosse integralmente revelada", prossegue.

Ao pedir a prisão preventiva de Braga Netto neste sábado, a PF argumentou que a liberdade de Braga Netto representa um risco à ordem pública devido à possibilidade de voltar a cometer ações ilícitas.

Resumo

A Polícia Federal diz que Braga Netto:

- * Teve participação relevante nos atos criminosos. Nas palavras de um investigador, era "a cabeça, o mentor do golpe, mas sob comando de Bolsonaro";
- * Coordenou ações ilícitas executadas por militares com formação em Forças Especiais (os chamados "kids pretos");
- * Entregou dinheiro em uma sacola de vinho para financiar as operações;
- * Tentou obter dados sigilosos do acordo de colaboração de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro;
- * Tentou controlar as informações fornecidas e alinhar versões entre os investigados;
- * Teve ação efetiva na coordenação das ações clandestinas para tentar prender e executar o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

A defesa de Braga Netto ainda não se pronunciou neste sábado. Em novembro, depois de ser indiciado, Braga Netto disse que "nunca se tratou de golpe".

Em nota, o Exército informou que vem acompanhando as diligências realizadas por determinação da Justiça e colaborando com as investigações em curso. Acrescentou que "não se manifesta sobre processos conduzidos por outros órgãos procedimento que tem pautado a relação de respeito do Exército Brasileiro com as demais instituições da República".